

# O GOVERNO E

21 MAR 1998

# AS UNIVERSIDADES

CORREIO BRAZILIENSE

Josaphat Marinho

Jornais noticiam a realização da greve anunciada por professores de ensino superior. Articulado o movimento em plano nacional, mediante ações coordenadas nos estados, revela-se que mais de trinta universidades apoiaram o movimento. Não se trata de simples paralisação das atividades escolares, mas de oportunidade para discutir as reformas, em curso, do ensino e o salário dos professores. Não se resume, pois, a ato de protesto. É atitude que deve desdobrar-se na análise de medidas administrativas e de política da educação. Se a iniciativa se desenvolve nesse sentido, terá alcance além da suspensão de aulas por um dia. Revelará tomada de posição do corpo docente quanto às questões universitárias em geral, ou às principais delas.

Não basta condenar a greve, ou o que nela ocorrer. Tratando-se de decisão do magistério superior, é irrecusável a presunção de responsabilidade, tanto maior por ser de âmbito nacional. Se, ao lado dessa origem, se trava diálogo produtivo, crescerá a legitimidade da deliberação. A sociedade angustiada não

discute muito a forma de procedimento, mas o que por meio dela se aprecia e conquista. Logo, é a substância do diálogo, são os seus efeitos, a força modeladora do consentimento popular. As leis e suas restrições não operam abstratamente, antes segundo a realidade a que se destinam. É que as normas jurídicas se dirigem a resolver problemas humanos, mais ou menos extensos e agudos.

No caso dos professores, a primeira questão é também dos servidores públicos em geral: o salário. Vai por mais de três anos, ou seja, de mil dias, que os servidores públicos civis não têm qualquer aumento. Determinados grupos funcionais receberam melhorias. Agora, foi concedida majoração aos militares. Não se discute que aqueles grupos funcionais e os militares precisavam de elevação de vantagens. É inegável que sim. Mas é irrecusável, também, que o aumento deveria ter sido extensivo a todos os servidores. Assim o reclamava o princípio de necessidade e de justiça. Quando o governo, diante de situações assemelhadas, faz discriminação, amparando uns

e não todos, amplia o descontentamento e gera perigoso desequilíbrio. E para a autoridade, nada pior do que fornecer, a quem reclama, o argumento da desigualdade de tratamento.

O ministro da Educação, em artigo publicado, apreciou alguns problemas, inclusive o Programa de Incentivo à Docência na Graduação, e declarou "o MEC aberto a qualquer sugestão". Ora, se reitores e professores divergem do programa, bem caberia que o Ministério os convocasse para o diálogo conjunto. Nota-se que a falta de melhoria salarial, de caráter geral, por mais de três anos, justifica, em princípio, a divergência, pois o incentivo não tem alcance. Como está afirmado no artigo referido, o programa de incentivo é "um estímulo aos docentes qualificados", logo, de sentido parcial. Propondo o debate, o Ministério pode estendê-lo a outras questões, como a dos concursos. Não sendo avesso à permuta de idéias, o ministro Paulo Renato Souza, também professor, ampliaria a comunicação ao exame dos problemas essenciais que vêm distanciando a comuni-

dade universitária do governo.

A discussão larga de pontos de vista contrários é fundamental à solução de divergências com o meio universitário. Pouco importa que haja dificuldades, até por certa exasperação ocorrente. Se a vibração maior é entre os estudantes, a tolerância governamental, indicativa de clara intenção de superar conflitos, propicia comumente conciliação razoável. Entre mestres e dirigentes universitários, a experiência abre caminho a soluções ditadas pela compreensão. Esse esforço de entendimento é indispensável, não só em favor de decisões consentidas, também para desenvolver o espírito de integração, essencial ao vigor das universidades. Torná-las organismos vigorosos a serviço da ciência e da pesquisa, da cultura, enfim, é tarefa dos que as dirigem, nelas ensinam e as freqüentam, como do governo, na ação comum reveladora de convívio sem preconceitos. É a aspiração da sociedade.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia